

PLANO DE OFICINA

Plano da oficina: Desinformação e processo eletrônico de votação

Eixo de capacitação: Desinformação

Docentes:

Nome	Minicurrículo
Ana Lúcia Germano Costa	Bacharel em Direito pelo Instituto Vianna Júnior - Juiz de Fora/MG; Licenciada em Pedagogia pela UFJF - Juiz de Fora/MG; Especialista em Gestão Estratégica pelo Instituto Metodista Granbery - Juiz de Fora/MG; Especialista em Educação a distância pela Faculdade Unileya Técnica Judiciária - C13; Chefe de Cartório da 079ZE - Ibaiti/PR; Especialista em Desenho Instrucional pela UNOPAR
Bruno Andrade	Doutorando em Direito pela UERJ. Mestre em Direito pela Unesa. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Servidor da Justiça Eleitoral. Autor do livro “Dados pessoais: LGPD e as eleições”.
Fernanda de Carvalho Lage	Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Professora na Faculdade de Direito na Universidade de Brasília.
Paulo Rená da Silva Santarém	Doutorando e Mestre em Direito, Estado e Constituição na Universidade de Brasília (UnB). Professor de Direito, Inovação e Tecnologia e líder do grupo de pesquisa Cultura Digital & Democracia no Centro Universitário de Brasília (CEUB). Pesquisador bolsista no IRIS - Instituto de Referência em Internet e Sociedade. Consultor Sênior de Políticas Públicas do Capítulo Brasileiro da Internet Society (ISOC Brasil) para os temas Responsabilidade de Intermediários e Criptografia. Conselheiro Consultivo do centro de pesquisa Internetlab. Servidor Público Federal no Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi gestor do processo de elaboração coletiva do Marco Civil da Internet na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL-MJ).
Tainah Pereira Rodrigues	Graduada em Direito pelo Uniceub. Pós-Graduada em Direito Público pela Faculdade Araraquara e Unijur/DF, servidora do TSE; atualmente integra a Assessoria

Participantes: magistradas e magistrados; servidores e servidoras da Justiça Eleitoral

Número de participantes por oficina: até 40 participantes (padrão Enfam)

Modalidade: EAD

Carga horária total da oficina: 3 horas-aula (3 horas de atividades síncronas)¹

1. Ementa:

Desinformação. Processo eletrônico de votação. Fases de fiscalização e transparência. Legislação aplicável aos procedimentos. Processo Eleitoral Eletrônico. Etapas do desenvolvimento e homologação de programas computacionais. Fluxos tecnológicos da coleta de votos, apuração de votos e divulgação de resultados.

2. Justificativa:

O processo eleitoral tem sofrido muitos questionamentos, particularmente quanto à sua integridade e confiabilidade. A reiterada contestação do funcionamento da urna eletrônica e a segurança dos sistemas tecnológicos da Justiça Eleitoral vem alimentado episódios de desinformação, que ampliam a assimetria de informações sobre o tema. Esta ação de aprendizagem busca desmistificar os aspectos tecnológicos do processo eleitoral, explicando desde o desenvolvimento dos programas de coleta do voto até os fluxos computacionais para apuração e publicação dos resultados, a fim de que servidores, promotores e magistrados, com pleno conhecimento sobre os meios eletrônicos, possam compreender o processo eletrônico de votação de forma ampla e assim ter facilidade em atender aos pedidos da imprensa por esclarecimentos, de acordo com a estratégia de combate à desinformação do TSE, e empregando a linguagem cidadã, com o fim de que a linguagem técnica seja traduzida adequadamente ao público a que se destina: o eleitorado.

3. Objetivo Geral:

Aplicar os principais conceitos sobre o processo eletrônico de votação de forma ampla, ratificando a segurança do procedimento diante do seu âmbito de atuação.

4. Organização e Desenvolvimento da oficina:

A oficina será realizada de forma síncrona e a metodologia foi organizada de forma a propiciar o protagonismo dos participantes, para que eles possam identificar as questões fundamentais relacionadas às desinformações que incidem sobre o processo eleitoral.

¹ Carga horária total para tutoria: 3 horas

Ambientação: os participantes serão recepcionados no ambiente virtual, com mensagem de boas-vindas e serão orientados quanto à metodologia a ser utilizada na oficina.

Material complementar: será disponibilizado aos participantes material complementar para aprofundamento dos estudos, consistente em vídeos com o tratamento de questões abordadas na oficina.

Organização dos conteúdos: a oficina será desenvolvida em três etapas, após o breve período de apresentação, conforme descritas adiante.

Formas de interação: a interação entre os participantes ocorrerá por meio de atividades síncronas. Serão aplicadas metodologias ativas, com os participantes distribuídos em grupos de discussão e apresentação dos relatórios em sala on-line coletiva.

Atuação e responsabilidade dos tutores: promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

Atuação e responsabilidade dos alunos: participar das atividades síncronas, apresentando suas contribuições nas discussões em grupos.

5. Quadro descritivo:

Etapas	Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
Etapa 1	Analisar criticamente os principais questionamentos sobre o processo eletrônico de votação. Explicar os aspectos tecnológicos do processo eletrônico de votação, conforme a estratégia de combate à desinformação do Tribunal Regional e do Tribunal Superior Eleitoral.	Apresentação do curso e introdução 1. Processo de votação eletrônica: breve histórico, normativos, utilização em outros países.	Aula síncrona, com apresentação da proposta do curso: interação entre os participantes e exposição dialogada sobre a origem do processo de votação eletrônico e sua utilização em diversos países.	30 minutos	BRASIL; TSE. Urna eletrônica: 20 anos a favor da democracia. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Texto sobre o processo de votação	<u>Avaliação formativa do grupo através da participação nas dinâmicas:</u> <u>Feedback oral com a síntese dos resultados e reforço dos temas que ficaram em aberto.</u> <u>Instrumento de avaliação: registro de observação do formador e registro das conclusões sem emissão de nota/ponto ou conceito.</u>
			Problematização: envolvimento dos participantes, com sua apresentação, indicando qual sua principal	30 minutos		

			dúvida com relação ao processo eletrônico de votação e realização de pesquisa individual a ser postada no ambiente virtual, sobre o uso de ferramentas eletrônicas em outros países.			
Etapa 2	- Atender as demandas da imprensa e da sociedade em geral por esclarecimentos sobre o processo eletrônicos de votação, avaliando a urgência dos questionamentos de acordo com o maior alcance e impacto, conforme as diretrizes do regional ou do TSE.	1.1. Desenvolvimento e homologação de programas computacionais. 1.2. Fluxos tecnológicos: preparação de urnas, coleta de votos, apuração de votos e divulgação de resultados	Sala de aula invertida, assíncrona: será feita a leitura de material disponibilizado pelo docente, sobre a homologação dos programas e o fluxo tecnológico do processo de votação eletrônica.	60 minutos	Leitura da Resolução nº 23.673/2021	Avaliação formativa do grupo através da participação nas dinâmicas; Instrumento de avaliação: Realização de mapa mental a ser postado no ambiente virtual de aprendizagem, contendo o fluxo do processo de votação.
Etapa 3	- Formular respostas para mitigar as dúvidas sobre o processo eletrônico de votação.	1.3 Principais questionamentos ao processo de votação eletrônica.	Estudo de caso síncrono: apresentação de um caso sobre desinformação em que os participantes serão distribuídos em grupos de 4. Apresentação de proposta de revisão na informação apresentada, utilizando-se os conceitos abordados no	30 minutos 30 minutos		Avaliação formativa do grupo através da participação nas dinâmicas. Instrumento de avaliação: registro de observação do formador e registro das conclusões sem emissão de nota/ponto ou conceito.

		Fechamento do curso	curso.			
--	--	---------------------	--------	--	--	--

6. Avaliação da oficina

A avaliação da oficina será realizada pela Escola contratante, mediante preenchimento da ficha de avaliação que será posteriormente tratada e seus resultados encaminhados para o docente, para os participantes, e para a EJE-TSE, com o objetivo de realizar feedback.

7. Bibliografia

AFP. Pesquisa global revela que 86% dos internautas já acreditaram “fake news”. 2019. Exame. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/pesquisa-global-revela-que-86-dos-internautas-ja-acreditaram-fake-news/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

AGÊNCIA LUPA. Quais são os riscos e os mitos em torno do fact-checking? Folha de S.Paulo, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/os-riscos-do-fact-checking/>.

ALVEZ, Bruno Almir Scariot; BOLESINA, Iuri. A era da pós-verdade: como a informação tem sido relativizada. Disponível em: <https://soac.imed.edu.br/index.php/mic/xiimic/paper/view/1141/338>.

AVENDAÑO, Tom C.; BETIM, Felipe. “Fake News”: a guerra informativa que já contamina as eleições no Brasil. El País, São Paulo, 11 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518209427_170599.html.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Redes Sociais, Fake News e Eleições : Medidas Para Diminuir a Desinformação Nos Pleitos Eleitorais Brasileiros. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas). Orientador: González, Rodrigo Stumpf. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRS, 2019. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/197602>.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.444/2015. Disponível em <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-no-23-444-de-30-de-abril-de-2015-2013-brasilia-2013-df>.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.673/2021. Disponível em <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2021/resolucao-no-23-673-14-de-dezembro-de-2021>.
BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Voto Eletrônico no Brasil. 2. ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010.

BRASIL; TSE. Urna eletrônica : 20 anos a favor da democracia. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

CAPPELLI, Claudia; NUNES, Vanessa; OLIVEIRA, Rodrigo. Transparência e Transformação Digital: O Uso da Técnica da Linguagem Simples. Sociedade Brasileira de Computação, 2021.

COLLINS LANGUAGE. *Etymology Corner - Collins Word of the Year 2017*. **Collins Dictionary**. 02 nov. 2017. Disponível em <https://www.collinsdictionary.com/word-lovers-blog/new/etymology-corner-collins-word-of-the-year-2017,400,HCb.html>.

GROSS, Clarissa Piterman. Fake news e democracia: discutindo o status normativo do falso e a liberdade de expressão. In: RAIS, Diogo (Coord.). Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p. 153 -174.

GRUPO DE TRABALHO INTERNET E DEMOCRACIA DO CGI.BR (São Paulo). Nucleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (org.). Relatório Internet, Desinformação e Democracia. São Paulo, 2020. 60 p. Disponível em: <https://cgi.br/publicacao/relatorio-internet-desinformacao-e-democracia/>.

ESTEVES, Fernando. Como as fake news conduziram os britânicos à confusão do Brexit. Lisboa: Polígrafo, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/internacional/artigos/como-as-fake-news-conduziram-os-britanicos-ao-chumbo-do-brexit>.

FUNKE, D.; FLAMINI, D. A guide to anti-misinformation actions around the world. Poynter, 2019. Disponível em <https://www.poynter.org/ifcn/anti-misinformation-actions/#us>.

PIMENTA, Ângela. Claire Wardle: combater a desinformação é como varrer as ruas. Observatório da Imprensa, Campinas, ed. 966, nov. 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/credibilidade/claire-wardle-combate>.

PINHO, Maria Nazaré Gonçalves; GOUVEIA, Luis Borges. Governo digital e perspectivas de transparência pública-enfoque na linguagem cidadã. Seminário Doutorado em Ciência da Informação, especialidade Sistemas, Tecnologias e Gestão da Informação (SITEGI), 2021.

QUIN, Rachel. *Collins 2017 Word of the Year Shortlist*. **Collins Dictionary**. 02 nov. 2017. Disponível em <https://www.collinsdictionary.com/word-lovers-blog/new/etymology-corner-collins-word-of-the-year-2017,400,HCb.html>.

RAIS, Diogo. Desinformação no contexto democrático. In: ABOUD, Georges; JUNIOR, Nelson Nery; CAMPOS, Ricardo (Coord.). Fake news e regulação. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018b. p. 147-166.

SILVEIRA, Marilda de Paula. As novas tecnologias no processo eleitoral: existe um dever estatal de combate à desinformação nas eleições?. In: ABOUD, Georges; JUNIOR, Nelson Nery; CAMPOS, Ricardo (Coord.). Fake news e regulação. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p. 191-216.

TARDÁGUILA, Cristina; MARÉS, Chico. Dez notícias falsas com 865 mil compartilhamentos: o lixo digital do 1º turno. Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro, 2018. Lupa. Disponível em

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias -falsas-1-turno/>. Acesso em: 14 de Jan. 2020.

WARDLE, Claire. 6 types of misinformation circulated this election season. Columbia Journalism Review, 2016. Disponível em: https://www.cjr.org/tow_center/6_types_election_fake_news.php. Acesso em: 24 de Abr. 2020.

WARDLE, Claire. Fake news. It's complicated. First Draft, 2017. Disponível em: <https://medium.com/1st-draft/fake-news-its-complicated-d0f773766c79>. Acesso em: 24 de Abr. 2020.

WENDLING, Mike. *Como o termo 'fake news' virou arma nos dois lados da batalha política mundial.* **BBC News Brasil**. 27 jan. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796>.

8. Anexos

BRASIL; TSE. Urna eletrônica : 20 anos a favor da democracia. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

BRASIL. TSE. Resolução nº 23.673/2021.

Questões que servirão de guias para as atividades:

Caso a opção seja utilização de mapa mental - A partir do material disponibilizado, expliquem, a partir de um mapa mental, como se dão os fluxos tecnológicos: preparação de urnas, coleta de votos, apuração de votos e divulgação de resultados

Caso a opção seja pelo debate a partir de leitura de texto sobre processo eletrônico de votação

- 1 – Há sistemas, eletrônicos ou manuais, 100% seguros, ou seja, imunes a falhas ou fraude?
- 2 – A fraude em votação manual encontra exemplos ao longo dos anos no Brasil e no Mundo? Caso positivo, foram estabelecidos mecanismos para que tais problemas fossem superados? Se sim, quais?
- 3 – É possível importar sistemas completos de votação de um país para o outro sem que sejam necessárias adaptações à realidade local, seja no aspecto cultural, econômico, social?